

Petrolino

Ano VII | nº 66 | Janeiro 2019



EQUACIONAMENTO

GT Petros apresenta proposta alternativa ao PED do PPSP e cobra a sua implementação



Grupo de Trabalho da Petros

Em reunião realizada dia 29/12 - na Sede da Petros, no Rio de Janeiro, com o presidente da Fundação - o Grupo de Trabalho (GT Petros), composto pelos representantes das entidades sindicais, Petrobrás e Petros, apresentou sua proposta alternativa ao atual PED - Plano de Equacionamento de Déficit - dos Planos Petros Repactuados e Não Repactuados (PPSP-R e PPSP-NR) e cobrou prioridade na sua implementação.

A proposta elaborada pela FUP, FNP e FNTTAA, com o apoio de todos os Sindicatos e Associações, representantes dos assistidos e participantes desses planos, e definida no GT Petros, foi encaminhada à Fundação para a realização de estudos, simulações, estimativas e calibragem - necessárias para definir os percentuais das alíquotas de contribuições e dos redutores (deflatores) de reajustes anuais, bem como, para análise jurídica e

atuarial sobre o conjunto de alterações regulamentares, de forma a garantir o equilíbrio atual e permanente dos planos PPSP-R e PPSP-NR.

O Conselheiro Deliberativo eleito da Petros, Paulo César Martin, explica que esses estudos técnicos, que a Petros fará, são necessários para atestar a viabilidade dos valores e das alterações no regulamento, propostos pelo GT Petros. Após a emissão dos pareceres atuarial, jurídico, contábil e de conformidade finais, a proposta será deliberada no Conselho Deliberativo da Petros e nos órgãos de fiscalização da Fundação e da Petros (Previc e Sest).

Em seguida, a proposta será encaminhada formalmente pela Petros, para todos os participantes e assistidos do PPSP-R e do PPSP-NR para a sua adesão individual. Segundo cronograma encaminhado pela Petros ao GT, a previsão é de que esses estudos e pareceres estejam concluídos até março e que o processo

de adesão individual possa ocorrer a partir de junho deste ano.

A proposta, do GT Petros que você pode conferir na página 3 deste informativo, traz os principais aspectos conceituais, mas ainda não é possível saber os percentuais e valores, o que caberá ao trabalho técnico da Petros.

Para esclarecimento, o GT Paritário solicitou que sejam realizados, entre outros, os seguintes estudos sobre a proposta alternativa:

- Definição dos percentuais de redutores dos reajustes anuais por planos e faixas de contribuições
- Definição de percentuais de contribuições normais
- Resultados finais sobre o equilíbrio técnico dos planos
- Resultados sobre o impacto na liquidez dos planos
- Resultados sobre a renda líquida dos assistidos e participantes, com exemplos de casos.

Leia mais sobre o assunto na página 3.

RESOLUÇÃO CGPAR 25

FUP realiza reunião com Anapar para barrar Resolução contra os fundos de pensão

Representantes dos participantes e assistidos dos fundos de pensão Funcef, Previ e Petros e dirigentes da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar) estiveram reunidos no último dia 09/1, na sede da Federação Única dos Petroleiros, no Rio de Janeiro, para discutir estratégias para barrar a Resolução CGPAR 25, que pode acabar com os fundos de pensão das estatais, seus planos de benefício definido, e reduzir o valor das aposentadorias dos participantes e assistidos.

A CGPAR é uma comissão interministerial criada para definir diretrizes para a governança corporativa das empresas estatais federais e da administração de participações societárias da União.

Participaram da reunião, o coordenador geral da FUP, José Maria Rangel; o diretor da FUP e conselheiro eleito da Petros, Paulo César Martin; a assesso-

ra jurídica da FUP, Jéssica Caliman; o presidente da Anapar, Antônio Bráulio e o seu assessor, Luis Felipe; a diretora de seguridade, Fabiana Matheus e o assessor Paulo Borges, ambos da FENAE (Federação Nacional do Economistas), e o diretor de seguridade da Previ, Marcel Barros. Ficou definido que as entidades farão um seminário, com os representantes dos demais fundos de pensão das estatais, com data prevista para 22 de fevereiro, para debater e definir as ações políticas, jurídicas e institucionais, necessárias para barrar essa Resolução.

Para o Conselheiro Deliberativo da Petros, Paulo César Martin (PC), “como se já não bastassem as Resoluções GGPAR 22 e 23, que atacam os planos de saúde dos trabalhadores das estatais, vem agora essa nova Resolução, que ameaça os planos de previdência desses trabalhadores e a própria exis-

tência das fundações que administram esses planos, como é o caso da Petros, Previ e Funcef”.

PC explica que essas Resoluções pretendem acabar com os planos de saúde de Autogestão das Estatais, os planos de BD das Fundações dessas mesmas estatais, as próprias Fundações e entregar a administração desses planos para o setor financeiro, bancos e seguradoras.

Para o Conselheiro, o que está acontecendo nada mais é do que o governo Temer, e

agora o de Bolsonaro, pagando a fatura do golpe, contra Dilma, Lula e o povo brasileiro, para aqueles segmentos empresariais que apoiaram e financiaram esse golpe. “Os banqueiros pretendem, com isso, abocanhar os recursos bilionários administrados pelos fundos de pensões das estatais e obrigar milhões de trabalhadores e seus dependentes a ingressarem nos seus planos de previdência e de saúde”, denuncia.



MUDANÇA

Petrobrás e Petros alteram contracheque referente ao pagamento do PED do PPSP

A Petrobrás mudou os lançamentos relativos à contribuição extraordinária do PED do PPSP. A partir do mês de janeiro, os descontos serão lançados nos contracheques de todos os participantes da ativa, mesmo que estejam com a cobrança suspensa, devido à liminar da justiça. Para esses trabalhadores, será creditado o mesmo valor que foi debitado.

A partir do mês de março, esse procedimento passará a ser adotado também para to-

dos os assistidos do PPSP-R e do PPSP-NR (repactuados e não repactuados). De acordo com a Petros, a mudança ocorreu atendendo a orientações jurídica e contábil.

É importante ressaltar que, para os participantes e assistidos que estão com descontos do PED suspensos devido às decisões judiciais liminares, não haverá prejuízo, pois não existirá incidência de desconto de imposto de renda sobre os valores creditados.



EQUACIONAMENTOS

Saiba mais sobre a proposta alternativa ao atual PED

Petros apresenta estudos com os novos valores até 4/3

No dia 6/12/2018 o GT Petros definiu, por consenso, uma proposta que visa reduzir significativamente os valores absurdos impostos pelo atual PED do PPSP, garantindo soluções para os problemas estruturais dos planos, PPSP-R e PPSP-NR, possibilitando a sua sus-

tentabilidade futura e a não ocorrência de novos déficits.

Em seguida, no dia 27/12, a proposta foi formalmente encaminhada pelo GT, para a Direção da Petros (ver documento na íntegra no sítio do Sindipetro-BA) e, logo após, no dia 29/01/2019, o GT realizou reunião com a Direção

da Petros para detalhar e esclarecer a proposta (leia matéria da capa).

Em decorrência dessa reunião, a Direção da Petros elaborou um calendário e enviou para o GT, com os prazos necessários para que os técnicos da Petros façam a análise jurídica, contábil, atuarial e de

conformidade da proposta. De acordo com o calendário apresentado pela própria Petros, no dia 4 de março a Petros apresentará os percentuais e valores do PED alternativo, conforme a proposta encaminhada pelo GT, e alguns casos individuais (confira na segunda tabela abaixo).

A proposta para substituir o atual PED prevê a alteração dos Regulamentos e formas de custeio dos planos PPSP- R e PPSP-NR da seguinte forma:

Proposta Alternativa ao PED	Observações
1. Extrai e remete o custeio para decisão anual do Conselho Deliberativo, com previsão de aumento paritário imediato das alíquotas de Contribuições Normais.	Esses percentuais serão definidos a fim de manter o equilíbrio do Plano, respeitando os tetos dos itens 3, 4 e 6.
2. Introdução da Contribuição Normal paritária das Pensionistas no mesmo patamar de Participantes e Assistidos.	Esses percentuais serão definidos a fim de manter o equilíbrio do Plano, respeitando os tetos dos itens 3, 4 e 6.
3. Implantação de redutores de índice de inflação (deflatores nos reajustes dos benefícios concedidos), por Plano e por faixa de contribuição.	Deflator máximo de 2,8% a.a. por 5 anos ou até atingir o percentual acumulado de 13,24%.
4. Implantação do BDP e deflator nas atualizações dos valores dos benefícios a conceder, por Plano e por faixa de contribuição.	Deflator máximo de 2,8% a.a. por 5 anos ou até atingir o percentual acumulado de 13,24%.
5. Introdução de Contribuição Normal sobre o Pecúlio por Morte.	Esses percentuais serão definidos a fim de manter o equilíbrio do Plano, respeitando os tetos dos itens 3, 4 e 6.
6. Introdução de Contribuição Adicional paritária sobre o Abono Anual, líquido da Contribuição Normal, por até 10 anos.	Alíquota máxima de 30%.

Conheça o cronograma apresentado pela Petros para análise da proposta da FUP e das demais entidades sindicais:

Cronograma Encerramento 2018 e Estudos Técnicos GT Paritário		
	Quem	Até Quando
Provisões Matemáticas dos Planos BD, CD e CV	Mirador	10/1/2019
Termos de Compromisso Financeiro (TCFs) Ajuste Atuarial	Mirador	11/1/2019
Fluxos do Passivo	Mirador	16/1/2019
Parecer dos Planos de Benefícios	Mirador	21/1/2019
Levantamento Horas Técnicas para estudo do GT paritário e envio da proposta	Mirador	23/1/2019
Aprovação da Proposta para realização dos estudos solicitados pelo GT	Petros	25/1/2019
Detalhamento Técnico/Esclarecimentos/Informações Complementares sobre os estudos do GT	Mirador/Petros	01/2/2019
Adequações/Programação do Sistema de Cálculo Atuarial - estudos GT	Mirador	Fevereiro
Execução dos Estudos (Calibragem das Contribuições e Deflator/Impacto Atuarial/Fluxo do Passivo)		
Minuta do Parecer com um cenário proposto e alguns casos individuais - estudo GT	Mirador	04/3/2019
	Mirador/Petros	*
Demonstrações Atuariais	Mirador/Petros	2º quinzena março
Proposta de alteração do texto regulamentar	Petros	**
Análise da proposta de alteração do texto regulamentar	Mirador	3 dias úteis do envio da proposta de texto regulamentar
Minuta NTA Alteração Regulamentar	Mirador	5 dias úteis após definição do modelo pela Petros
Minuta Parecer Atuarial de Alteração Regulamentar	Mirador	2 dias úteis após definição da proposta do texto regulamentar
Minuta do Relatório Revisão PED 2015 considerando prazo vitalício (Resolução nº30/2018)	Mirador	26/4/2019***
Cenários Adicionais solicitadas pela Petros em relação à Revisão do PED 2015 prazo vitalício	Mirador/Petros	****

*Prazo a depender da quantidade de simulações demandadas e da necessidade, ou não, de fluxo do passivo. Para cada simulação será necessário, no mínimo, um dia útil sem fluxo ou dois dias úteis com fluxo. **Prazo a depender da definição do modelo final e do prazo de execução da Petros. *** Prazo a depender das etapas anteriores referentes à documentação de Alteração Regulamentar. ****Prazo a depender dos cenários demandados pela Petros.

TRISTE REALIDADE

24/1 - Dia do Aposentado: nada a comemorar

Mais de 20% dos aposentados no Brasil ainda precisam trabalhar

Aproximadamente 21% da população idosa que já se aposentou no Brasil continua ativa no mercado de trabalho, de acordo com os dados divulgados em dezembro de 2018 por uma pesquisa da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil).

Ainda segundo o levantamento, 47% dos aposentados ainda atuam no mercado de trabalho devido à necessidade financeira, porque o valor do benefício do INSS não é suficiente para pagar as contas. Destes, 45% são das classes A/B e 48% das classes C/D/E.

Humberto Paixão, 71, trabalhava no setor de movimentação de carga da Petrobrás, e contribuiu com o INSS aproximadamente 25 anos. Ele é um desses aposentados que encontram dificuldade para fechar as contas no fim do mês apenas com o dinheiro que recebe da sua aposentadoria, apesar de receber também via Petros. “Dá para viver, mas o ideal seria ganhar um pouco mais”, conta o aposentado.

Além de Humberto, muitos outros aposentados estão

buscando uma renda complementar, mas esbarram na dificuldade de entrar no mercado de trabalho. Conforme as informações da pesquisa divulgada pelo SPC Brasil, 43% dos aposentados tiveram dificuldade em conseguir um emprego: 30% deles acreditam que o motivo é o preconceito pela idade avançada.

Ulécio de Oliveira, 52, que é ex-operador de produção da Petrobrás, também reclama da aposentadoria. Para ele, é impossível viver confortavelmente com o dinheiro da aposentadoria. “Sempre que eu e meus amigos precisamos comprar alguma coisa mais cara, temos que pegar um empréstimo. Nós não ganhamos muito. O valor só é suficiente para fechar as contas”, reclama.

De acordo com Marise Sansão, diretora do Setor de Seguridade Social, Políticas Sociais e Políticas para o Idoso, do Sindicato dos Petroleiros da Bahia (Sindipetro-BA), o momento é muito delicado para quem está prestes a se aposentar.

“A situação do aposentado do Sindipetro é muito difícil. Hoje nós temos ameaças muito graves, como a privatização



da Petrobrás, as Resoluções CGPAR 22, 23 e 25 que pretendem extinguir os nossos planos de saúde (AMS) e de previdência (Petros), temos um déficit que precisa ser equacionado. Além disso, os Planos Petros 1 (R e NR) e o 2 podem ser substituídos pelo Plano Petros 3, que é de contribuição definida”, aponta.

Marise critica o plano Petros 3, ao dizer que traz insegurança para o aposentado. “Plano de contribuição definida é individual, não é solidário como são hoje o PP-1 e o PP-2, que são mais seguros. Plano de contribuição definida não oferece essa segurança”, explica.

O caminho é a união e a luta

Para Marise é preciso retomar a união dos associados para que realizem protestos e lutem pelo retorno do Ministério da Previdência. O também diretor do Setor de Seguridade Social, Políticas Sociais e Políticas para o Idoso, do Sindipetro, Gilberto Silva, concorda que a vida para os aposentados e pensionistas não está nada fácil: “no momento em que mais necessitam de tranquilidade, eles

precisam enfrentar adversidades ainda maiores, muitos continuam ajudando filhos e netos e com o atual governo que já sinalizou a retirada de direitos para esse segmento, a tendência é piorar”.

Para o Conselheiro Deliberativo eleito da Petros, Paulo César Martin (PC), “o dia 24 de janeiro deve ser um dia de reflexão e mobilização para esse importante segmento da sociedade brasileira, que sofre com a baixa remuneração de seus benefícios e que, mais do que nunca, precisa se unir aos demais segmentos da sociedade para lutar contra as mudanças que virão com a reforma da previdência, que vai reduzir os benefícios e também prejudicar os futuros aposentados, com o aumento da idade e tempo de contribuição para aposentadoria, enquanto as grandes empresas – as maiores responsáveis pelo déficit da previdência – continuam sonhando e recebendo do governo o perdão das suas dívidas”. Nesse contexto, PC ressalta a importância de participar das lutas e fortalecer o sindicato da categoria.

Caravana da Informação

As reuniões que aconteceriam na segunda quinzena de janeiro foram adiadas devido ao intenso calendário de encontros do GT da Petros, no Rio de Janeiro. Após muita luta, conseguimos

que a Petros analisasse a proposta alternativa ao equacionamento do PPSP, elaborada pela FUP e demais entidades sindicais. Em breve, iniciaremos a Caravana da Informação nos bairros de Salva-

dor e interior do estado, onde daremos detalhes sobre a proposta. O Sindipetro irá entrar em contato com você, através de ligação telefônica, para informar a data e local das reuniões.